

Pagamento será condicionado

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, disse aos senadores da Comissão Especial da Dívida Externa que o pagamento simbólico de parte dos juros vencidos (*token payment*) — hipótese em estudo pelo governo — não vai representar o fim definitivo da moratória, pois não teria continuidade antes do fechamento de um acordo com os bancos credores em condições favoráveis para o Brasil.

É com esse condicionante que o governo vai dar prosseguimento à segunda etapa de negociação com os bancos credores na próxima semana em Washington, quando será decidido se o Brasil faz ou não o pagamento simbólico. A adoção da medida — que depende basicamente da boa vontade dos credores em relação às teses defendidas pelo governo de negociar a dívida de forma alternativa — consiste ainda na fixação de um valor mínimo para o pagamento, que não prejudique as reservas cambiais do país e será depositado não nos bancos credores, mas comose fosse uma caução em cofre alternativo, por exemplo, uma agência oficial, como já foi ventilado pelo governo.

A informação é do presidente da Comissão Especial da Dívida no Senado, Carlos Chiarelli (PFL-RS), após um encontro de quase duas horas com o ministro Bresser Pereira e o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, pela manhã.

Segundo Chiarelli, que deixou o Ministério da Fazenda satisfeito com o que ouviu, mantendo seu apoio à política de negociação adotada por Bresser Pereira e equipe, o ministro da Fazenda está otimista em relação a uma solução positiva para a questão da dívida e mantém inalteradas as linhas básicas da proposta brasileira: fixação de um teto para os juros, a taxas inferiores às praticadas atualmente; refinanciamento da dívida nos próximos três anos, no total de 10 bilhões e 400 milhões de dólares, *spreads* (taxas de risco) zero, ou próximo disso; e securitização da dívida (transformação de parte do total devido em títulos brasileiros).

Como sempre, o retorno do Brasil ao Fundo Monetário Internacional foi um dos principais assuntos da conversa, e, mais uma vez, o ministro da Fazenda insistiu que se mantém firme na posição de não recorrer ao FMI antes do entendimento com os credores, informou após o encontro o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB.

O ministro Bresser Pereira, segundo os parlamentares, não acredita que o governo americano vá reclassificar os créditos brasileiros, o que, na prática, representaria um rebaixamento do Brasil e poderia criar mais dificuldades para a obtenção de novos financiamentos.